

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2025



**ANISTIA
INTERNACIONAL**



BRASIL

VOZES DA ESPERANÇA

CARTA DA DIRETORA

O ano de 2025 foi um período desafiador para os direitos humanos no Brasil e no mundo. Um genocídio foi transmitido em tempo real aos nossos olhos, líderes nacionais expuseram o pior: racismo, xenofobia, violações de direitos humanos e ataque às instituições criadas para protegê-los e nos proteger. O medo e a impotência nos cercaram, diante de ameaças e ataques a garantias fundamentais, aprofundamento das desigualdades e do espalhamento da violência em contextos diversos. Eles queriam o nosso silêncio, mas, ao contrário, a mobilização coletiva seguiu sustentando a luta, realçando nossa indignação e repulsa aos retrocessos, abrindo espaço para a manutenção e, mesmo, ampliação, de conquistas.

No mundo, o crescimento de discursos e práticas anti-direitos, contribuiu para o enfraquecimento de direitos: e pessoas migrantes e vastas populações pelo mundo enfrentaram as consequências da negligência diante da crise climática. Ao mesmo tempo, o agravamento do conflito em Gaza expôs uma crise humanitária de grandes proporções e a força com que decisões e práticas autoritárias provocam na vida de crianças, mulheres e de populações inteiras. A Anistia Internacional acompanhou e documentou de perto a morte de dezenas de milhares de pessoas na Palestina, incluindo milhares de crianças, além da destruição massiva de áreas civis e da restrição deliberada ao acesso a condições básicas de sobrevivência. As evidências reunidas foram incorporadas a processos

que acusam dirigentes de Israel de crimes contra a humanidade e genocídio. São violações graves que exigem resposta da comunidade internacional.

No Brasil, estivemos ao lado de quem sofre, e também de quem luta contra injustiças e violações. Documentamos e denunciemos a continuidade da alta letalidade por agentes do Estado que atinge principalmente comunidades e pessoas negras e periféricas, pressionamos autoridades do Poder Executivo e dos Ministérios Públicos e acionamos a população para agir em defesa da vida e dos direitos. Testemunhamos a dor e a resistência de comunidades diante de brutalidades como as chacinas nos Complexo do Alemão e da Penha, no Rio de Janeiro, onde 128 pessoas foram mortas em uma ação da polícia em associação com o Ministério Público. Estivemos ao lado de incontáveis mães, familiares e sobreviventes em suas lutas por justiça. Reagimos e nos mobilizamos por transformação das políticas de segurança pública no país. E, na busca por justiça climática, atuamos contra iniciativas deletérias como o chamado “PL da Devastação”, que representou uma ameaça concreta aos direitos e aos modos de vida de povos e comunidades tradicionais. E de todas e todos nós.

Neste contexto desfavorável, escolhemos apoiar a quem escolhe agir. Seguimos monitorando os Ministérios Públicos, pressionando para sua atuação adequada no controle externo da atividade policial, além de promover cobranças sistemáticas a diferentes organismos responsáveis pela segurança pública no país, sempre documentando e compartilhando informações verdadeiras e consistentes. Solidariedade, respeito e parceria são marcas de nossa atuação, para fortalecer as lutas por justiça: ao lado das famílias, somamos esforços para que suas demandas fossem ouvidas, oferecendo suporte, visibilidade e pressão pública para enfrentar a impunidade.

2025 também trouxe conquistas importantes. A condenação dos policiais responsáveis pela chacina do Curió, em Fortaleza, com penas que somam mais de 590 anos, representou um marco no enfrentamento à impunidade, resultado de anos de mobilização e persistência das famílias e organizações da sociedade civil.

A realização a COP30 em Belém do Pará ampliou o debate sobre justiça climática,

com participação ativa da sociedade civil.

Nós da Anistia Internacional, atuamos para ampliar a participação de diferentes segmentos sociais nos diferentes espaços de debates e decisões sobre a elaboração de políticas públicas e respostas eficientes e eficazes à emergência climática. Bem como demonstramos e contribuimos para ampliar a visibilidade para a maior vulnerabilidade de diferentes segmentos populacionais à crise, especialmente mulheres, populações negras e indígenas, comunidades periféricas e tradicionais. Após anos de ação e mobilização, celebramos a aprovação do Plano Nacional de Proteção a Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, uma conquista fundamental em um país onde defender direitos ainda pode custar a própria vida. Ainda assim, ao longo do ano, agimos para garantir proteção para defensoras e defensores, especialmente aqueles que agem em defesa de terra, território e do ambiente.

O cenário segue desafiador, e 2025 evidenciou a complexidade dos obstáculos que enfrentamos. Ainda assim, reconhecemos e comemoramos os resultados da mobilização coletiva. Nesta publicação, reunimos retratos marcantes dessa trajetória e expressões concretas de resistência, denúncia e transformação. São essas experiências que reafirmam que, mesmo diante das adversidades, seguimos em movimento. Porque quanto mais a gente luta, mais a gente vence. Boa leitura!



Jurema Werneck
Diretora executiva da Anistia Internacional Brasil

Foto: João Laet/Anistia Internacional Brasil

CAMINHOS PARA A JUSTIÇA CLIMÁTICA

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Em 2025, a crise climática nos impôs um cenário de desafios ainda mais complexo. Enfrentamos eventos climáticos extremos que evidenciaram ainda mais a gravidade da situação e reforçou aquilo que já sabemos: não se trata apenas de um problema ambiental, mas de uma crise profundamente humana e, portanto, de direitos.

Nesse contexto, comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e populações periféricas foram as mais impactadas pelos eventos climáticos extremos, mesmo tendo uma contribuição significativamente menor para o agravamento da crise. Em contraste com esse cenário, os maiores emissores de gases de efeito estufa permaneceram, em grande medida, menos expostos às consequências imediatas desses fenômenos.

A atuação da Anistia Internacional em 2025 foi guiada pelo combate ao racismo climático, ao denunciar esse cenário de injustiças e conectar a agenda climática à defesa dos direitos humanos. Ao longo do ano, a organização destacou que enfrentar a crise exige não apenas metas ambientais ambiciosas, mas também compromisso com justiça social, equidade e responsabilização. A transição para um modelo sustentável precisa ser justa ou corre o risco de aprofundar desigualdades já existentes.

Esse debate ganhou força durante a COP30, realizada em Belém. A conferência foi marcada pela forte presença da sociedade civil, com destaque para a participação de mais de 900 delegados indígenas, um avanço significativo na inclusão de vozes historicamente excluídas dos espaços de decisão. Em meio às negociações oficiais, o que mais mobilizou e transformou foram as vozes que vêm dos territórios. Lideranças indígenas, ativistas do Sul global, defensoras e defensores de direitos humanos que vivem cotidianamente os impactos da crise, mas que também constroem respostas concretas para enfrentá-la. Foi uma COP viva, plural e atravessada por novas perspectivas, que reforçaram a importância da escuta, do território e da participação efetiva na construção de soluções.

Estivemos ao lado de ativistas de diferentes partes do mundo, das Guerreiras pela Amazônia, da força do povo Avá Guarani, de ativistas do Rio Grande do Sul que seguem enfrentando as consequências das enchentes, e de tantas outras vozes reunidas na COP dos Povos. Ali, ficou evidente que as soluções

não virão de cima para baixo. Elas já existem e vêm sendo construídas nos territórios.

A ideia de justiça climática ganha sentido real quando olhamos para esses lugares. Quando reconhecemos que é a partir deles que novas possibilidades se abrem.

Houve avanços na construção de um caminho para a transição energética, especialmente na redução da dependência de combustíveis fósseis, consolidando mais um capítulo no processo iniciado pelo Acordo de Paris.

Paralelamente, a Anistia Internacional lançou, em Belém, o relatório “Extinção por Extração”, denunciando os impactos de atividades extrativistas sobre comunidades vulneráveis. O documento evidencia como determinados modelos de desenvolvimento continuam promovendo violações de direitos, deslocamentos forçados e degradação ambiental, aprofundando a crise socio climática.

Ao final, a COP30 deixou um sentimento de esperança.

Mesmo diante de negociações complexas, ficou evidente que avançar é possível. Mais do que isso, reforçou-se a ideia de que o futuro está sendo construído agora e que a liderança climática precisa caminhar lado a lado com a promoção dos direitos humanos e o combate às desigualdades.

Para o futuro, a Anistia Internacional seguirá fortalecendo sua atuação no enfrentamento ao racismo ambiental, reconhecendo que os impactos da crise climática recaem de forma desproporcional sobre populações radicalizadas e historicamente marginalizadas. Como parte desse compromisso, a organização também irá desenvolver uma campanha guarda-chuva sobre o tema, com o objetivo de ampliar a conscientização, mobilizar a sociedade e pressionar por políticas públicas que integrem justiça climática, equidade racial e direitos humanos.

Reconhecer o caráter socio climático desse cenário significa não apenas compreender suas causas, mas também assumir compromissos efetivos com soluções que sejam, ao mesmo tempo, ambientais e socialmente justas.



Ricardo Henriques
Presidente da Anistia Internacional Brasil

Foto: divulgação/Instituto Unibanco

SUMÁRIO

1. JUSTIÇA CLIMÁTICA

- Crise Climática é uma Crise de Direitos Humanos
- Campanha “Reconstrução pra Quem”
- COP30

2. SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS

- Campanha “O Ministério Tem Que Ser Público”
- Lutar por justiça racial (acompanhamento de casos de homicídios/desaparecimentos forçados)

3. DEFENSORES E DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS

- Campanha "Sua Voz Muda O Mundo"
- Ditadura Militar e Direito à Memória e à Verdade

4. DEFESA DOS DIRETOS DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

- Mulheres Negras na Luta Por Direitos
- Ava Guarani na COP30
- Marcha Nacional das Mulheres Indígenas

5. AGIR GLOBALMENTE

- Fim do Genocídio Contra Palestinos em Gaza
- Escreva Por Direitos – A maior campanha de Direitos Humanos no mundo
- Direitos humanos são headliners no maior festival de música do Norte do Brasil
- Campanha "Deixem as Crianças Viverem"

6. POR DENTRO DA ANISTIA BRASIL

- Ativismo por direitos (construção de movimento)
- Comunicação
- Mobilização de Recursos
- Quem doa
- Quem faz
- Ficha técnica

CAPÍTULO 01



JUSTIÇA CLIMÁTICA

Em 2025, a atuação da Anistia Internacional Brasil na agenda de justiça climática teve como destaque sua presença na COP30, levando a mensagem de que os direitos humanos precisam estar no centro deste debate. O trabalho da organização permanece focado na produção de pesquisas e relatórios que registram graves violações de direitos humanos a partir do acompanhamento e da escuta de populações vulneráveis ou diretamente atingidas pelas mudanças climáticas, no apoio às demandas e às soluções dessas comunidades e no encaminhamento de denúncias formais e outras modalidades de incidência junto a organismos internacionais.

BRICS

AÇÃO SIMBÓLICA EM COPACABANA PRESSIONA POR TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA E PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

O ano foi marcado pela realização da Ação “BRICS: o mundo está observando”, na praia de Copacabana, no contexto da cúpula do BRICS.

A iniciativa consistiu em uma intervenção criativa com botos infláveis cobertos por petróleo simbólico, com o objetivo de alertar a população e os chefes de Estado presentes sobre os riscos da exploração de petróleo na Foz do Amazonas e pressionar o Brasil e os demais países-membros do bloco a interromperem a queima de combustíveis

fósseis e a assumirem a liderança de uma transição energética justa, alinhada ao respeito aos limites planetários, à biodiversidade amazônica e aos direitos das comunidades tradicionais.

Durante a ação, ativistas circularam pela orla coletando aproximadamente 200 assinaturas em cartões postais. Também foi lançado um documento com recomendações para a transição energética no âmbito do BRICS.



Ação na Praia de Copacabana. Foto: Agência RUUA

MOBILIZAÇÃO CONTRA O PL DA DEVASTAÇÃO

Em 2025, a Anistia Internacional Brasil também esteve envolvida na pressão sobre o chamado “PL da Devastação” (Projeto de Lei nº 2159/2021). Nesse sentido, integra desde o início a coalizão da campanha PL da Devastação, em parceria com diversas organizações da sociedade civil.

A organização lançou uma Ação Urgente mobilizando seu movimento global. Diversas seções da Anistia Internacional atuaram para pressionar o governo pelo veto integral ao PL, visando

garantir o direito a um meio ambiente equilibrado e seguro, em consonância com compromissos nacionais e internacionais de direitos humanos. A iniciativa obteve 544 assinaturas e contou com o apoio de mais quatro seções: Bélgica, Noruega, Togo e Japão.



Ação urgente publicada no site da Anistia Internacional Brasil

NOTA PÚBLICA CONTRA PERFURAÇÃO NA FOZ DO AMAZONAS

A Anistia Internacional Brasil manifestou-se de forma crítica e preocupada em relação à autorização concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para a perfuração de um poço exploratório de petróleo no bloco FZA-M-59, na Margem Equatorial, próxima à foz do Rio Amazonas.

Para a organização, a autorização do Ibama para perfuração na foz do Amazonas representa um grave risco à integridade ambiental e aos

direitos humanos em uma região estratégica para o equilíbrio climático e a preservação da sociobiodiversidade. A expansão da exploração de petróleo e de combustíveis fósseis alimenta a crise climática e, por consequência, a violação sistemática de direitos humanos fundamentais. Persistir na exploração de petróleo em áreas ambientalmente sensíveis é colaborar diretamente para o agravamento da crise climática e para a violação de compromissos internacionais assumidos pelo país.



Nota publicada no site da Anistia Internacional Brasil

PROJETO REDE VOZES NEGRAS PELO CLIMA

Este ano também teve atuação da iniciativa do projeto **Vozes Negras pelo Clima** com o objetivo de fortalecer lideranças da Rede Vozes para ampliar sua ação em agendas de justiça climática no Brasil e em espaços internacionais. Foram desenvolvidas ações de formação e fortalecimento de capacidades de advocacy, incluindo apoio à aprendizagem de idiomas e a jornada formativa “**Diálogos de Intercâmbio por Justiça Climática, Racial e de Gênero rumo à COP30**”, que reuniu ativistas da Anistia Internacional Brasil e do Equador, e lideranças das cinco macrorregiões do país para incidência junto a instituições nacionais e à agenda da COP30.

Entre os resultados, destacam-se o lançamento do **podcast** Vozes Negras pelo Clima, com cinco episódios sobre crise climática e direitos humanos, e o apoio a oito miniprojetos de **incidência territorial** em cinco estados. **As ações mobilizaram diretamente 293 pessoas e cerca de 20 comunidades, com impacto indireto estimado em mais de 1.700 pessoas, além de garantir presença em 18 espaços de incidência e contribuir para avanços em políticas públicas, como a inclusão do termo “Adaptação Antirracista” no Plano Nacional de Adaptação e a criação do Comitê Interministerial de Enfrentamento ao Racismo Ambiental.**



Apoiado pela Anistia Internacional Brasil, grupo de onze mulheres pressionando líderes globais por políticas climáticas antirracistas. Foto: Tulio Seabra

RELATÓRIO DA ANISTIA INTERNACIONAL DENUNCIA IMPACTO NA VIDA DE POPULAÇÕES QUE VIVEM PRÓXIMAS A INSTALAÇÕES FÓSSEIS

Mais de dois bilhões de pessoas, cerca de um quarto da população mundial, vivem próximas a alguma infraestrutura de carvão, petróleo ou gás, segundo o relatório da Anistia Internacional e do Better Planet Laboratory (BPL), lançado na COP30, em Belém do Pará. Essa proximidade coloca em risco a saúde, os meios de vida e os direitos humanos de comunidades inteiras em 170 países.

O estudo, **“Extinção por Extração – Por que o ciclo de vida dos combustíveis fósseis ameaça a vida, a natureza e os direitos humanos”**, mostra que mais de 18 mil instalações fósseis em operação estão cercadas por populações expostas à poluição tóxica, perda de território e destruição de ecossistemas.

Em países como **Brasil, Canadá e Senegal**, a Anistia Internacional ouviu comunidades que convivem diariamente com esses riscos: pescadores artesanais da **Baía de Guanabara** (RJ); defensores indígenas Wet’suwet’en, no Canadá; e moradores do Delta de Saloum, no Senegal.

Com base nas evidências apresentadas, a Anistia Internacional recomenda que Estados e empresas:

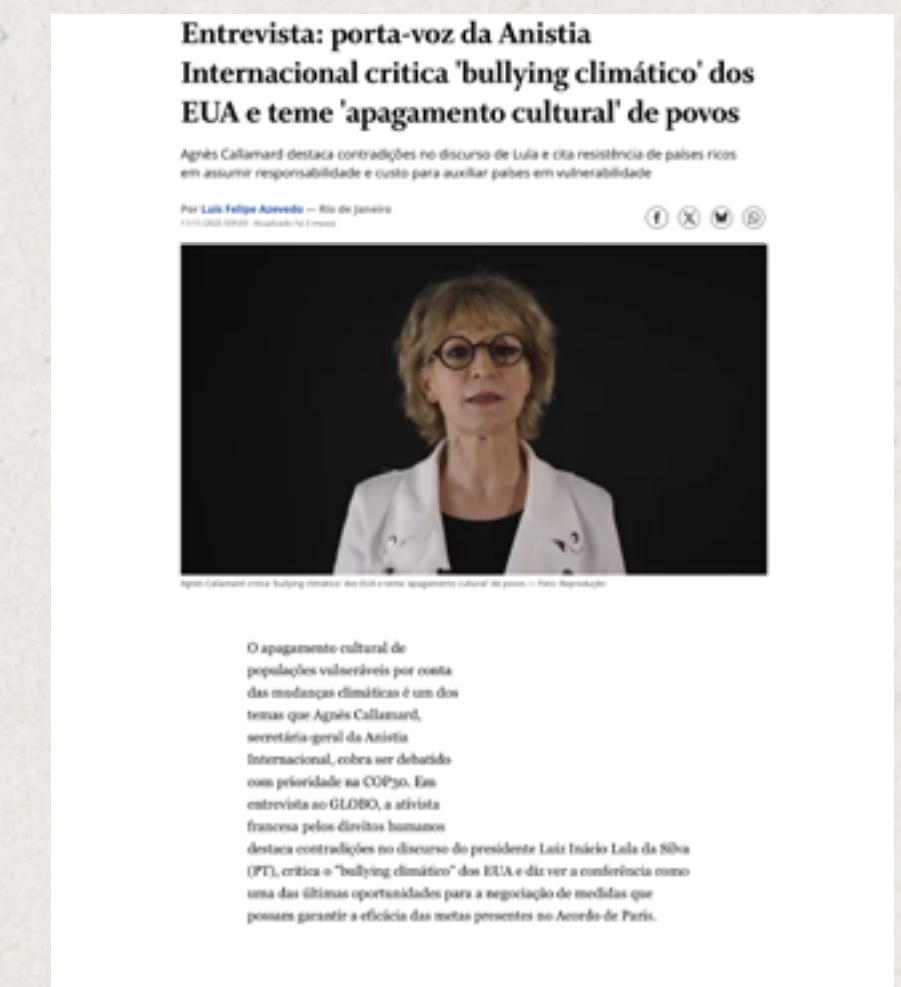
- Interrompam a expansão de novos projetos fósseis;
- Implementem um plano de eliminação total, justa e financiada dessas fontes de energia;
- Protejam defensoras e defensores ambientais e de direitos humanos, por meio de investigações referentes às ameaças e garantindo a participação desses indivíduos nas decisões sobre o clima;
- Apoiem um Tratado de Não-Proliferação de Combustíveis Fósseis, a fim de frear a destruição e acelerar uma economia limpa, equitativa e baseada em direitos.



“Extinção por Extração – Por que o ciclo de vida dos combustíveis fósseis ameaça a vida, a natureza e os direitos humanos”
Lançamento de relatório “Extinção por Extração” na COP30. Foto: Disguiados

REPERCUSSÃO:

As mensagens do relatório foram destaque em uma entrevista concedida pela Secretária Geral da Anistia Internacional, Agnès Callamard, exclusivamente para o Jornal O Globo às vésperas da COP30 realizada no Brasil.



Matéria “Jornal O Globo” publicada em novembro de 2025

CAMPANHA "RECONSTRUÇÃO PRA QUEM?"

Em 2025, a Anistia Internacional Brasil desenvolveu um conjunto de ações voltadas à justiça climática, denunciando violações de direitos humanos relacionadas à crise climática, às enchentes no Rio Grande do Sul e à exploração de combustíveis fósseis, além de incidir no debate público em torno da COP30. Ao longo do ano, a organização produziu documentação relevante, realizou campanhas públicas e fortaleceu o diálogo com movimentos sociais e comunidades diretamente afetadas, articulando a pauta climática com a defesa de direitos humanos e a proteção de defensoras e defensores.

Entre os principais resultados, destaca-se o lançamento de três documentos centrais: o relatório sobre a situação dos direitos humanos no mundo, o relatório **“Quando a água toma tudo”**, sobre os impactos das enchentes no Rio Grande do Sul, e um documento global sobre combustíveis fósseis com casos do Brasil e de outros países. A campanha **“Reconstrução pra quem?”** também ganhou grande destaque ao denunciar o racismo ambiental e a ausência de participação das populações atingidas nos planos de reconstrução, reunindo mais de 50 lideranças em uma roda de escuta e mobilizando ações públicas de incidência. O lançamento do relatório sobre o Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, impactou mais de 250 pessoas entre participação presencial e transmissão.



Lançamento do relatório sobre o Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Foto: Nathalia Severo



Anistia Internacional se reuniu com movimentos sociais, em Porto Alegre. Foto: Carolina Hatzfeld

Como desdobramento dessa agenda, também realizamos uma roda de diálogo pública em Porto Alegre, em setembro, para reiterar a negligência do governo do Rio Grande do Sul no pós-enchente, aprofundando as denúncias sobre violações de direitos humanos na fase de reconstrução. Na ocasião, estiveram presentes representantes de organizações da sociedade civil, movimentos de atingidos e lideranças comunitárias das áreas mais

impactadas, que relataram a continuidade das situações de vulnerabilidade e a falta de respostas estruturais por parte do poder público. Nessa etapa, lançamos a fase tática da campanha “Reconstrução para quem?”, com uma estratégia de envio de uma carta coletiva ao Governador do Estado do Rio Grande do Sul — que já somou mais de 1.000 envios até o momento.

ALMA PRETA

POLÍTICA

Anistia Internacional aponta falhas na reconstrução do Rio Grande do Sul após enchentes

Relatório critica gestão de recursos e falta de foco em vítimas permanentes; organização planeja monitorar ações antes da COP 30

A Anistia Internacional apresentou na quinta-feira (29) o relatório “Quando a água toma tudo” ao deputado estadual **Matheus Gomes** (PSOL-RS), na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. O documento analisa a atuação dos governos municipal, estadual e federal diante das enchentes que afetaram o estado entre abril e junho de 2024.

Matéria publicada no site Alma Preta

ANISTIA INTERNACIONAL NA COP30

A participação da Anistia Internacional Brasil na COP30, realizada em novembro de 2025 em Belém, buscou reforçar o entendimento global de que a crise climática é também uma crise de direitos humanos. A atuação foi estruturada em três eixos principais: o combate à expansão dos combustíveis fósseis, a denúncia dos impactos desproporcionais da crise climática — como evidenciado pelas enchentes no Rio Grande do Sul — e a proteção de defensoras e defensores de direitos humanos. Durante a conferência, a organização participou de eventos oficiais e paralelos, realizou o evento **“Tamo no Clima”**, lançou o relatório global sobre combustíveis fósseis e integrou mobilizações como a **Marcha Global pelo Clima**, além de promover ações de comunicação e mobilização nas redes.

As atividades incluíram ações de mobilização criativa e incidência pública. A iniciativa **“Roleta dos Direitos em Risco”** impactou cerca de 700 pessoas, com a distribuição de 1.500 materiais e a coleta de 500 assinaturas em cartões postais, enquanto a ação **“Mensagem Secreta”** distribuiu 2.000 biscoitos da sorte com mensagens sobre justiça climática, no centro de Belém. Também foi realizada a entrega simbólica de mais de 1.000 cartões postais à presidência da conferência pelo fim da exploração de combustíveis fósseis. O evento **“Tamo no Clima”**, realizado na Casa Apoená, reuniu cerca de 200 participantes e marcou o lançamento do relatório global



A crise climática é também uma crise de direitos humanos. Anistia Internacional na COP30, em Belém. Foto: Disguiados

Extinção por Extração, consolidando um espaço de diálogo entre ativistas, especialistas e defensoras e defensores de direitos humanos.

A atuação também incluiu forte articulação com movimentos sociais e organizações parceiras. No âmbito do projeto Vozes dos Biomas, destacou-se a participação de Jurema Werneck, Diretora-Executiva da Anistia Internacional Brasil, que atuou como Enviada Especial da COP30 para Igualdade Racial e Periferias. Ao longo da iniciativa, foram realizados 21 espaços de incidência, que reuniram um público

estimado de 950 pessoas, ampliando o alcance e a profundidade do diálogo com a sociedade civil. Esse processo colaborativo também envolveu mais de 600 organizações na construção das Cartas dos Biomas, consolidando propostas e reivindicações que foram posteriormente apresentadas a 90 chefes de Estado e 30 instâncias de poder. Como impacto, o projeto fortaleceu a incidência política desses grupos nas agendas climáticas, promovendo maior visibilidade e reconhecimento institucional às suas pautas no contexto das negociações internacionais.



Jurema Werneck, Agnes Callamard e Ricardo Henriques no evento Tamo no Clima. Foto: Disguiados



Evento Tamo no Clima Foto: Disguiados



Ação Roleta dos Direitos em Risco na Praça da República, em Belém. Foto: Disguiados

CAPÍTULO 02



SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS

A Anistia Internacional Brasil documenta (inclusive de perto) e denuncia graves violações de direitos humanos para mobilizar a sociedade e pressionar o poder público a fazer o seu trabalho, seja levando à justiça todos os responsáveis pelos abusos, por ação ou omissão, seja impedindo que a história continue a se repetir.

CAMPANHA “O MINISTÉRIO TEM QUE SER PÚBLICO”

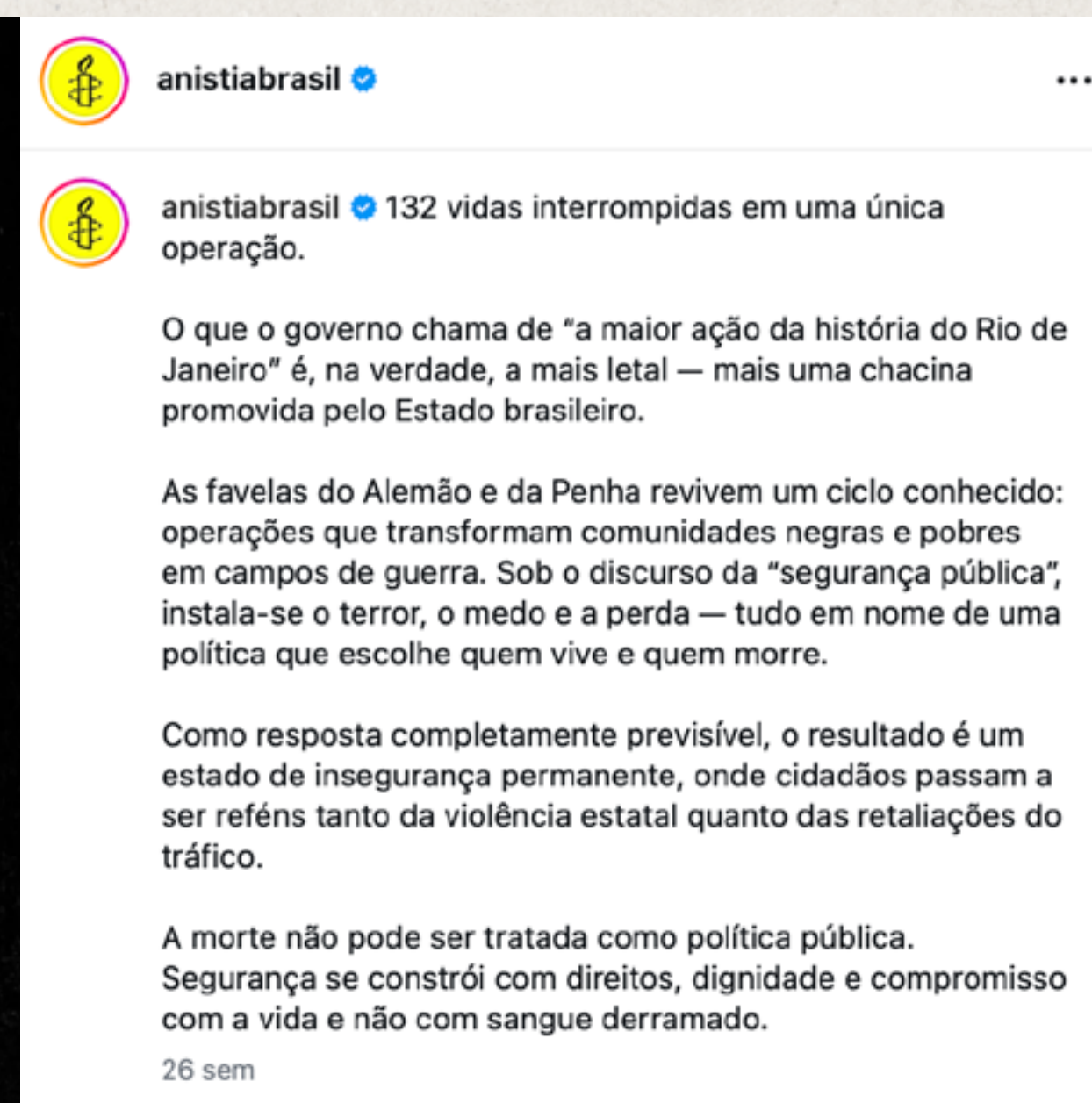
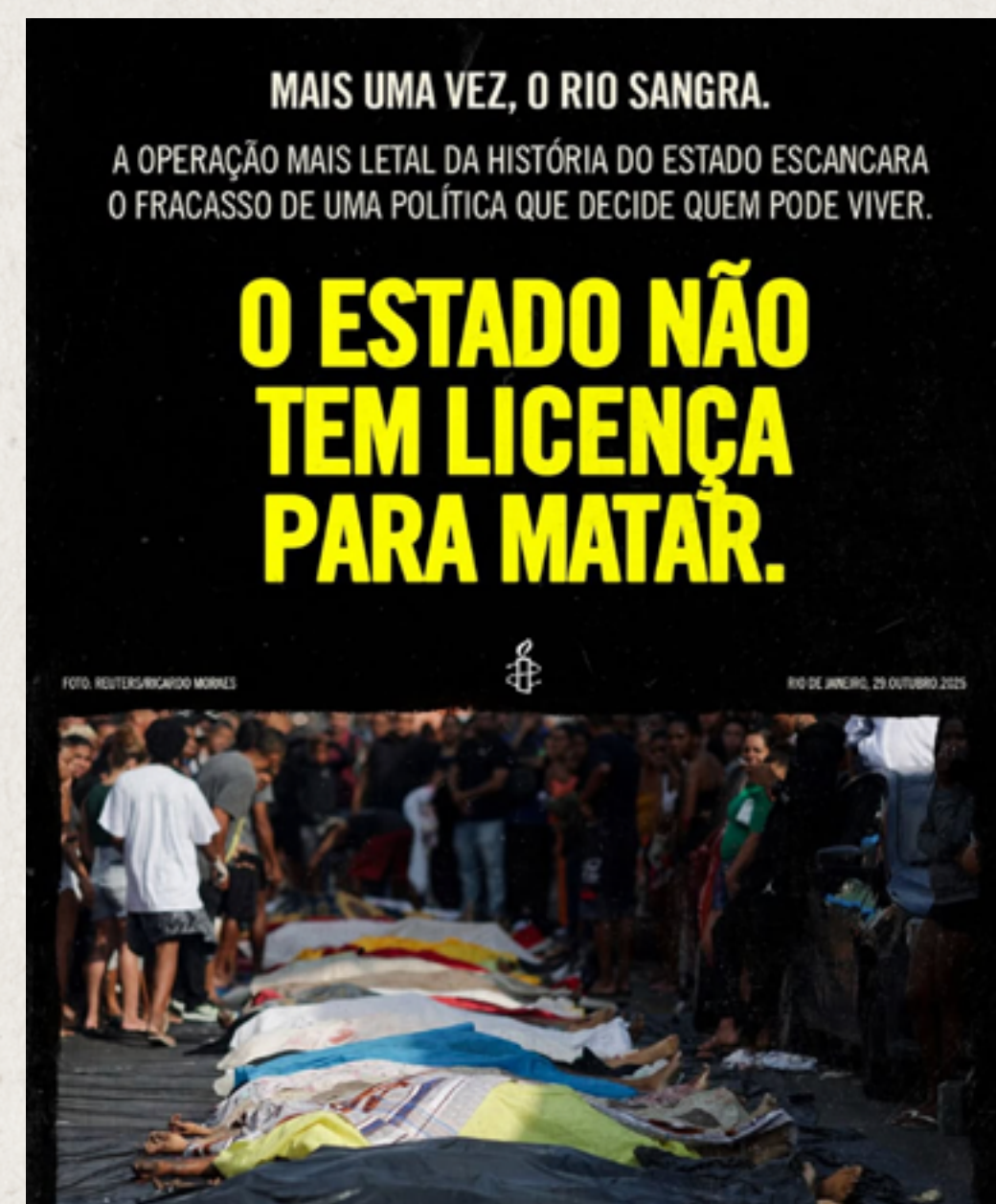
Lançada em 2011, a iniciativa tem pressionado o Ministério Público (MP) a cumprir seu papel constitucional de fazer o controle externo da atividade policial – passo fundamental para a redução dos homicídios praticados por agentes do Estado, cujo principal alvo tem sido a juventude negra das favelas e periferias.

A campanha “**O Ministério Tem Que Ser Público**”, da Anistia Internacional Brasil, teve, em 2025, um ano marcado pelo **monitoramento contínuo do trabalho da instituição no exercício do controle externo das polícias**. Ao longo do ano, o projeto esteve a par de ocorrências de letalidade em operações policiais, realizou incidência junto a organismos de segurança pública e articulou a pressão pública e institucional por investigações independentes.

Entre as ações de destaque esteve o posicionamento público sobre o massacre ocorrido nos complexos de favelas do Alemão e da Penha, relacionado à operação policial

que motivou forte mobilização social após a Chacina do Alemão e da Penha de 2024. A publicação sobre o caso alcançou 111.558 pessoas e registrou 175.180 visualizações, contribuindo para ampliar o debate público sobre responsabilização e controle institucional. O monitoramento direto de chacinas como a do Alemão/Penha, combinado com comunicação massiva, exemplifica a integração entre incidência institucional e mobilização pública na campanha.

Como parte da campanha, houve também articulação com coletivos de familiares de vítimas, movimentos negros, organizações de favelas e redes de segurança pública.



Publicação no Instagram da Anistia Internacional Brasil, no dia 29 de outubro de 2025

LUTAR POR JUSTIÇA RACIAL

Casos de homicídios e desaparecimentos forçados acompanhados pela Anistia Internacional

OPERAÇÃO CONTENÇÃO



Foto: Tânia Rego/ Agência Brasil

A Anistia Internacional Brasil atuou de forma rápida após a operação, acionando mecanismos nacionais e internacionais de proteção aos direitos humanos.

Encaminhou comunicações a organismos internacionais, participou de audiência pública e articulou-se com o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) sobre a necessidade de perícia independente.

Também enviou pedidos de informação ao Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) e ao Governo do Estado, e

solicitou ao Ministério da Justiça a abertura de inquérito pela Polícia Federal. A organização acompanhou as famílias e os procedimentos periciais.

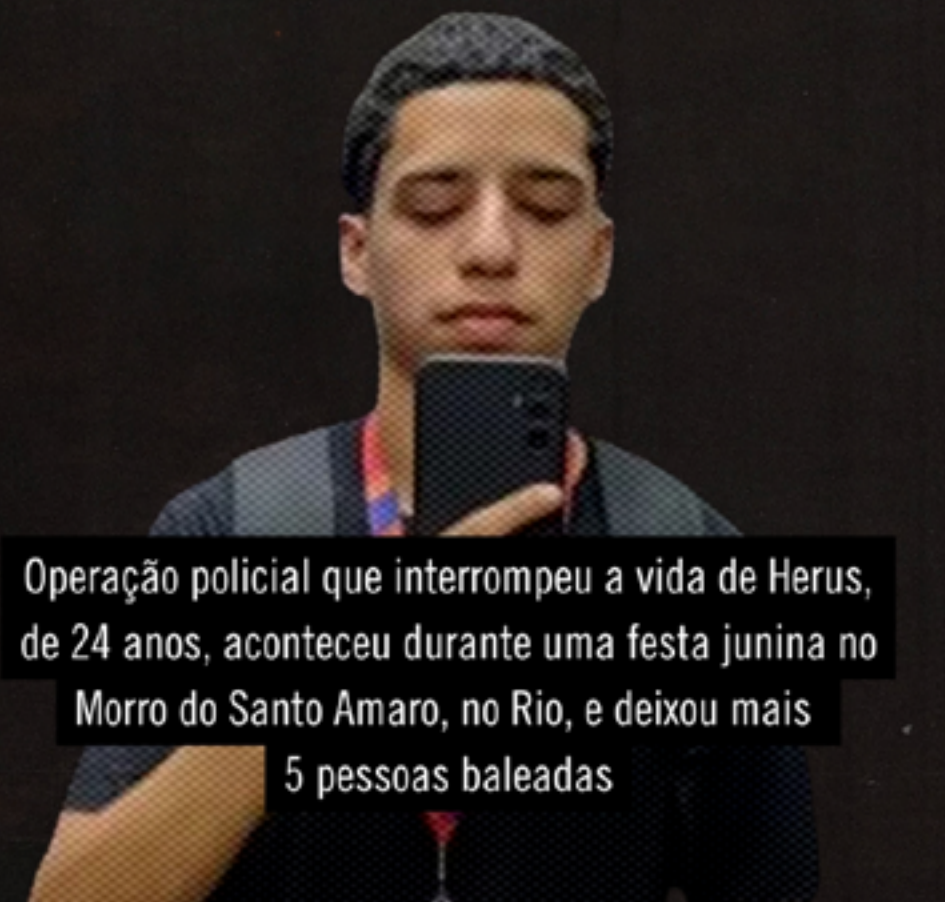
Paralelamente, realizou ações de incidência com movimentos sociais, autoridades estaduais e federais, além de representantes internacionais. Esteve presente em atos públicos, audiências e nos territórios, reforçando preocupações sobre a condução das investigações e a necessidade de mecanismos independentes.

HERUS GUIMARÃES



HERUS GUIMARÃES MENDES NÃO É “MAIS UM”

Ele era o filho, o pai e o neto de alguém. O amor de muitas pessoas



Operação policial que interrompeu a vida de Herus, de 24 anos, aconteceu durante uma festa junina no Morro do Santo Amaro, no Rio, e deixou mais 5 pessoas baleadas

Reprodução redes sociais/ Anistia Internacional Brasil

A Anistia Internacional Brasil atuou em resposta à operação do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar, no Morro de Santo Amaro (RJ), durante uma festa junina, que resultou na morte de Herus Guimarães Mendes, um jovem negro de 24 anos.

A organização acionou mecanismos nacionais e internacionais de proteção aos direitos humanos, com envio de denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, participação em audiência pública e articulação com o CNDH sobre a necessidade de perícia independente.

Também encaminhou pedidos de informação ao MPRJ e ao Governo do Estado, solicitou a abertura de inquérito pela Polícia Federal, acompanhou procedimentos no Instituto Médico Legal (IML) e reuniu, em parceria com outras organizações, registros audiovisuais que podem contribuir como prova.

DAVI FIUZA



Foto: Reprodução/Arquivo pessoal

O caso do desaparecimento de Davi é acompanhado pela Anistia Internacional Brasil como emblemático de graves violações de direitos humanos. Davi tinha 16 anos quando desapareceu, em 2014, após abordagem policial em Salvador (BA).

Em 2018, quatro anos após o desaparecimento, 17 policiais militares foram indiciados por sequestro, homicídio e ocultação de cadáver. O Ministério Público, contudo, denunciou sete agentes, apenas pelos crimes de sequestro e cárcere privado.

Em 2023, sua mãe, Rute Fiuza, recebeu o atestado de óbito que reconhece o jovem como vítima de homicídio. Até hoje, no entanto, seu corpo não foi localizado, impedindo a família de realizar uma despedida digna.

A Anistia Internacional encaminhou atualização do caso ao Comitê da ONU sobre Desaparecimentos Forçados, destacando a ausência de respostas sobre o paradeiro de Davi e a falta de medidas adequadas de proteção à família.

ADPF 635 ("ADPF DAS FAVELAS")



A atuação da Anistia Internacional no contexto da ADPF 635, conhecida como “ADPF das Favelas”, ocorreu por meio de articulação com as organizações “Amici Curiae”, que ingressaram na ação para fortalecer a defesa dos direitos humanos e denunciar a letalidade policial nas favelas do Rio de Janeiro.

Nesse processo, a Anistia Internacional também ampliou sua incidência ao publicar nota pública diante dos desdobramentos da Operação Contenção.

JÚRI CASO CURIÓ



Em 2025, a Anistia Internacional Brasil acompanhou mais uma etapa do caso Curio, em Fortaleza, que culminou na condenação de dois policiais militares pela chacina. Ao longo desse processo, a Anistia Internacional Brasil acompanhou de perto as sessões do Tribunal do Júri, prestou apoio às famílias das vítimas e manteve presença contínua para observar o andamento do caso.

A organização também atuou de forma incisiva para garantir a responsabilização dos envolvidos na chacina e assegurar que os direitos das famílias fossem plenamente respeitados durante todo o processo judicial e no ambiente do júri.

CAPÍTULO 03



**DEFENSORES
E DEFENSORAS
DE DIREITOS HUMANOS**

CAMPANHA SUA VOZ MUDA O MUNDO

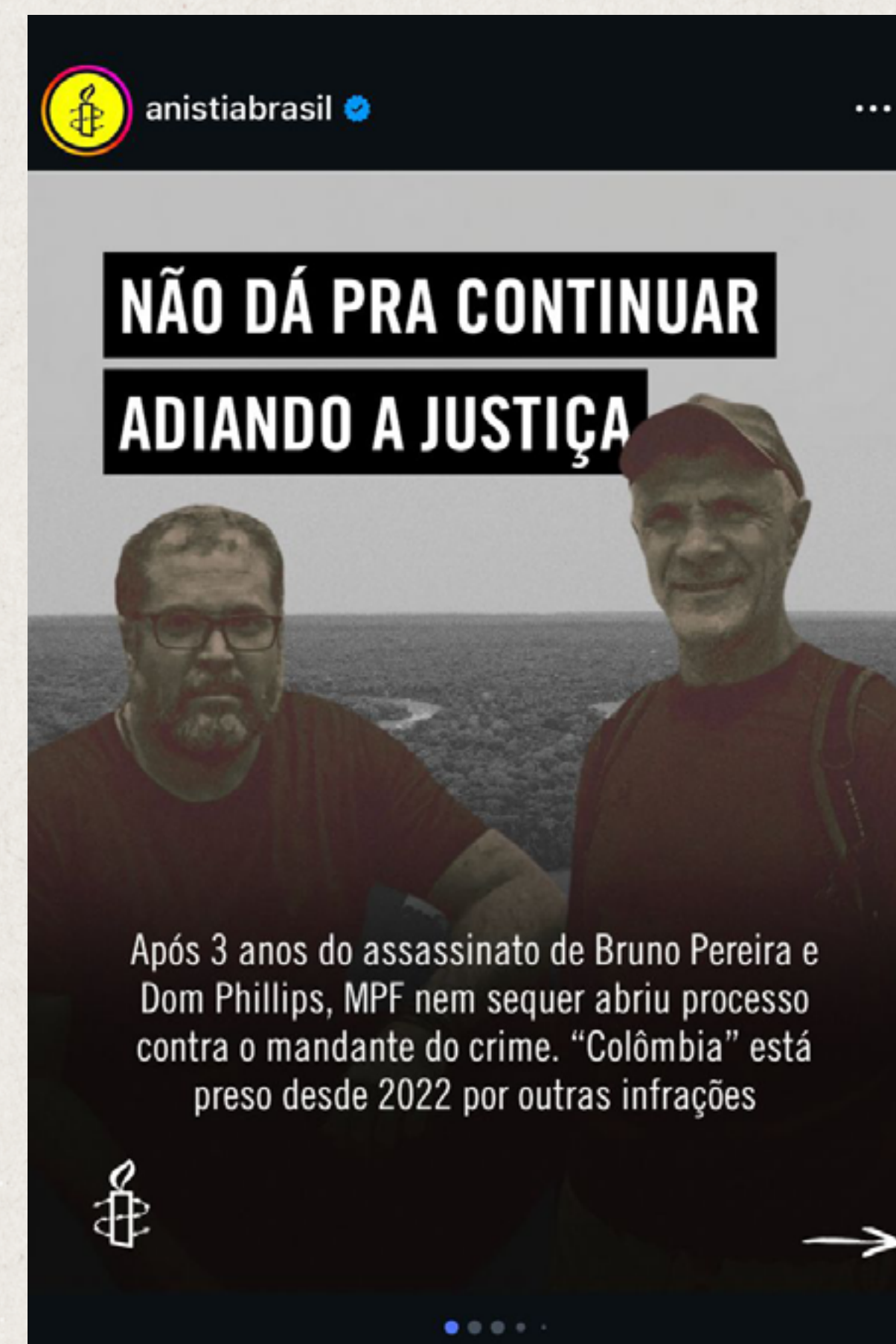
Em 2025, a campanha combinou incidência, comunicação e mobilização de base, com destaque para reuniões com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, participação em espaços de construção do Plano Nacional e fortalecimento da narrativa pública sobre a legitimidade do trabalho de defensoras e defensores de direitos humanos.

Foram realizadas ações de comunicação que recuperaram casos emblemáticos como os de Bruno Pereira e Dom Phillips, de Mãe Bernadete Pacífico e de Marielle Franco e Anderson Gomes, além de outras situações de violência contra pessoas defensoras, reforçando que a defesa de direitos não pode custar vidas.

A campanha também se integrou ao trabalho educativo, incluindo o lançamento de um guia de metodologia participativa para educação em direitos humanos com foco em juventudes, conectando a proteção de defensoras e defensores à formação de novas lideranças. Como resultado político central, foi aprovado, em 2025, o Plano Nacional de Proteção às Pessoas Defensoras de Direitos Humanos, marco federal voltado ao fortalecimento das políticas de proteção e à coordenação de ações do Estado para garantir a segurança de defensoras e defensores no país.

No mesmo período, a campanha integrou-se à estratégia geral de pessoas defensoras da Anistia Internacional Brasil, que registrou mais de 57 mil ações de engajamento por meio da campanha Escreva por Direitos de 2024, focada em casos de defensoras e defensores. No ciclo de 2025, mais de mil pessoas assinaram pela vida das Guerreiras pela Amazônia durante o Festival Psica, conectando a proteção de defensoras ambientais à agenda de justiça climática.

Entre as ações estratégicas, destaca-se a integração da campanha à produção e ao lançamento do guia de metodologia participativa para educação em direitos humanos voltado para juventudes, reforçando o papel de pessoas defensoras e a necessidade de sua proteção, bem como a presença em mobilizações e marchas ao longo de 2025, como a Marcha das Mulheres Negras, a caminhada da paz e a marcha global pelo clima, que contribuíram para dar visibilidade à proteção de defensoras e defensores em contextos de justiça racial e climática.



Publicação nas redes sociais da Anistia Internacional Brasil no dia 5 de junho de 2025 (Reprodução: Instagram)

DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE

EXPOSIÇÃO "AUSÊNCIAS"

Em 2025, foram realizadas ações públicas na data importante de 31 de março, incluindo a divulgação de conteúdo sobre o ensaio fotográfico Ausências Brasil, que retrata o apagamento e as ausências deixadas pelas vítimas da ditadura. A peça publicada no Instagram no dia que marca o início do regime alcançou mais de 741 mil pessoas, com mais de 57 mil interações e mais de 1,1 milhão de visualizações, consolidando o tema como um dos principais destaques do ano nas redes sociais.

A iniciativa também se relacionou à Caminhada do Silêncio, em São Paulo, e a ações de incidência voltadas ao acompanhamento de recomendações internacionais sobre memória e verdade.

Entre os resultados de 2025, a peça “Ditadura Nunca Mais” registrou 1,149 milhão de visualizações, alcançou 741.264 pessoas, gerou 57.621 interações e resultou em cerca de 1,2 mil novos seguidores no Instagram. Ao longo do ano, a organização também registrou 2.914 inserções na imprensa nacional e internacional, incluindo coberturas relacionadas à pauta de memória e verdade.



Imagens que compõem a exposição “Ausências”.Foto: Gustavo Germano

CAMINHADA DO SILÊNCIO



Caminhada do Silêncio. Foto: Instituto Vladimir Herzog

A Anistia Internacional Brasil participou, em 2025, da Caminhada do Silêncio como parte de sua agenda de memória, verdade e justiça sobre a Ditadura Militar no Brasil. A iniciativa buscou homenagear as vítimas do período e reforçar o direito à memória frente a narrativas negacionistas, mobilizando grupos de ativismo e parceiros da sociedade civil. A ação esteve articulada à divulgação da exposição fotográfica “Ausências Brasil”, do fotógrafo Gustavo Germano, que retrata visualmente o impacto das ausências deixadas por pessoas mortas ou desaparecidas durante regimes autoritários. A combinação entre mobilização de rua e produção cultural contribuiu para ampliar a visibilidade da pauta de memória e justiça e fortalecer o engajamento público em torno do tema.

CAPÍTULO 04



**DEFESA DOS DIREITOS
DOS POVOS
E COMUNIDADES
TRADICIONAIS**

MULHERES NEGRAS NA LUTA POR DIREITOS



Cerca de 300 mil mulheres negras ocuparam Brasília na Marcha Nacional, reafirmando força, memória e luta coletiva uma década após sua primeira edição. A Anistia Internacional Brasil marcou presença com equipe e ativistas de diversos estados, reforçando seu compromisso com os direitos das mulheres negras e o enfrentamento ao racismo e às desigualdades.



A participação da Anistia Internacional contribuiu para garantir que as pautas de proteção, reparação e equidade estivessem ainda mais visíveis no ato. A organização seguirá ao lado dessas lideranças para fortalecer políticas públicas, ampliar participação social e promover mudanças reais e urgentes.

AVA GUARANI NA COP30



Foto: Disguiados

A Anistia Internacional Brasil apoiou a participação da Comissão Guarani Yvyrupa (CGY) na COP30, realizada em Belém (PA), fortalecendo a presença de cerca de 30 lideranças Guarani. As lideranças ocuparam espaços oficiais e paralelos da conferência, como a Zona Azul, Zona Verde, Tribunal dos Povos contra o Ecogenocídio, Cúpula dos Povos e Aldeia COP. O apoio contribuiu para ampliar a incidência política em defesa da demarcação das Terras Indígenas como política climática essencial, para dar visibilidade internacional

às denúncias sobre os impactos da construção de Itaipu, da monocultura da soja e do uso intensivo de agrotóxicos nos territórios Avá-Guarani do Oeste do Paraná, e para reforçar a articulação com organizações, movimentos e instituições estratégicas. Além disso, a iniciativa também potencializou a mobilização nas ruas de Belém durante a Marcha Global pelo Clima e o Dia dos Povos Indígenas na COP30, fortalecendo a narrativa de que não há justiça climática sem garantia da integridade territorial e protagonismo indígena.

MARCHA NACIONAL DAS MULHERES INDÍGENAS



A Anistia Internacional Brasil apoiou a participação de 42 mulheres Avá-Guarani na IV Marcha Nacional das Mulheres Indígenas, realizada em Brasília (DF), entre os dias **2 e 8 de agosto de 2025**, fortalecendo o protagonismo feminino indígena nos espaços de mobilização política e incidência nacional.

O apoio institucional possibilitou não apenas o deslocamento e a participação qualificada no evento, mas também o fortalecimento organizativo das mulheres, ampliando sua incidência política e consolidando alianças estratégicas em defesa da vida, dos direitos e da dignidade dos povos indígenas.

Foto: Richard Wera Mirim

CAPÍTULO 05



AGIR GLOBALMENTE

FIM AO GENOCÍDIO CONTRA OS PALESTINOS EM GAZA

FIM AO GENOCÍDIO CONTRA OS PALESTINIANOS EM GAZA

É hora de agir! Assine e diga basta ao genocídio em Gaza.



Ação urgente/ Site Anistia Internacional Brasil

O Estado de Israel cometeu e continua a cometer genocídio contra os palestinos na Faixa de Gaza ocupada. É o que afirma o relatório “You Feel Like You Are Subhuman’: Israel’s Genocide Against Palestinians in Gaza” (“Você se sente como se fosse sub-humano: genocídio de Israel contra os palestinos em Gaza”), da Anistia Internacional.

Diante da urgência da situação e das conclusões do relatório, a Anistia Internacional Brasil lançou uma ação urgente pedindo a interrupção de

quaisquer atos proibidos pela Convenção sobre Genocídio contra os palestinos em Gaza, incluindo matar, causar sérios danos corporais ou mentais e infligir deliberadamente condições de vida destinadas a provocar sua destruição física. Além disso, a ação pedia um cessar-fogo imediato e sustentado para salvar e proteger vidas civis, e a garantia de rotas seguras para o ingresso e distribuição de ajuda humanitária em Gaza para os civis necessitados.

ESCREVA POR DIREITOS

A MAIOR CAMPANHA DE DIREITOS HUMANOS DO MUNDO

Todos os anos, a campanha “Escreva por Direitos”, da Anistia Internacional, junta pessoas de todos os cantos do mundo para lutar contra injustiças e apoiar indivíduos e comunidades que têm seus direitos humanos ameaçados. Escrevendo cartas, assinando

petições (online e offline) e compartilhando histórias, milhares de pessoas ajudam a pressionar autoridades e dar visibilidade a casos de violações de direitos humanos, o que já resultou em mudanças concretas e vitórias em diversos países.

MADAGASCAR

DAMISOA: DESLOCADO PELA FOME, ABANDONADO PELO ESTADO



Em 2021, Damisoa e sua família foram obrigados a deixar sua casa na região de Androy, no sul de Madagascar. A seca, agravada pelas mudanças climáticas, fez com que não houvesse comida suficiente para sobreviver. Depois de uma difícil jornada de quatro meses e 1.500 km, eles chegaram a Boeny, no Noroeste do país, na esperança de uma vida melhor. Mas as condições continuaram duras. A cada estação chuvosa, o rio Kamoro,

que fica próximo, transborda e cerca o local com águas rápidas e infestadas de crocodilos. As condições de vida são degradantes e seus apelos não têm sido atendidos. As pessoas deslocadas pela fome e agora vivendo em Boeny, incluindo Damisoa e os demais moradores, precisam urgentemente de assistência humanitária.

EQUADOR - GUERREIRAS PELA AMAZÔNIA: AMEAÇAS POR TELEFONE POR DEFENDER SUAS COMUNIDADES DOS “MONSTROS DO FOGO”



Em vez de serem celebradas pela coragem, as jovens defensoras enfrentam estigma, intimidação e ameaças. E, em vez de investigar os ataques, as autoridades equatorianas afirmaram que só ofereceriam proteção caso elas parassem de atuar.

As Guerreiras pela Amazônia são um grupo de jovens ativistas de 10 a 20 anos. Elas lutam ao lado da União das Pessoas Atingidas pelas Operações da Texaco (UDAPT) e do coletivo “Apaguem as Chamas, Acendam a Vida”, para proteger suas comunidades dos gases tóxicos e da devastação causada pelas tochas

de queima de gás. Utilizadas no processo de extração de petróleo, essas tochas estão entre as maiores tributárias da crise climática.

Com apoio da UDAPT, as Guerreiras ingressaram em uma ação judicial contra o Estado equatoriano em 2020 e venceram. Em 2021, uma decisão histórica determinou que o governo eliminasse totalmente as tochas de gás. Mesmo assim, os “monstros de fogo” continuam queimando.

TUNÍSIA SONIA DAHMANI: SILENCIADA POR DIZER A VERDADE



Sonia é advogada e dedicou sua vida a defender direitos humanos, apoiar pessoas marginalizadas e dizer o que muitos têm medo de verbalizar, independentemente do custo. Ela é uma crítica vocal das condições desumanas nas prisões e do racismo, abordando esses temas com frequência na televisão e no rádio.

Em 11 de maio de 2024, policiais mascarados invadiram violentamente a Ordem dos Advogados da Tunísia, em Túnis, e prenderam Sonia. As autoridades tunisianas a condenaram por “espalhar notícias falsas” e ela foi sentenciada a 18 meses de prisão.

Em 27 de novembro de 2025, Sonia recebeu liberdade condicional, mas segue enfrentando novos processos judiciais motivados politicamente. Ela ainda pode cumprir vários anos de prisão apenas por denunciar injustiças.

PETIÇÃO

A DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS NÃO PODE SER CRIMINALIZADA:
PAKSHAN AZIZI

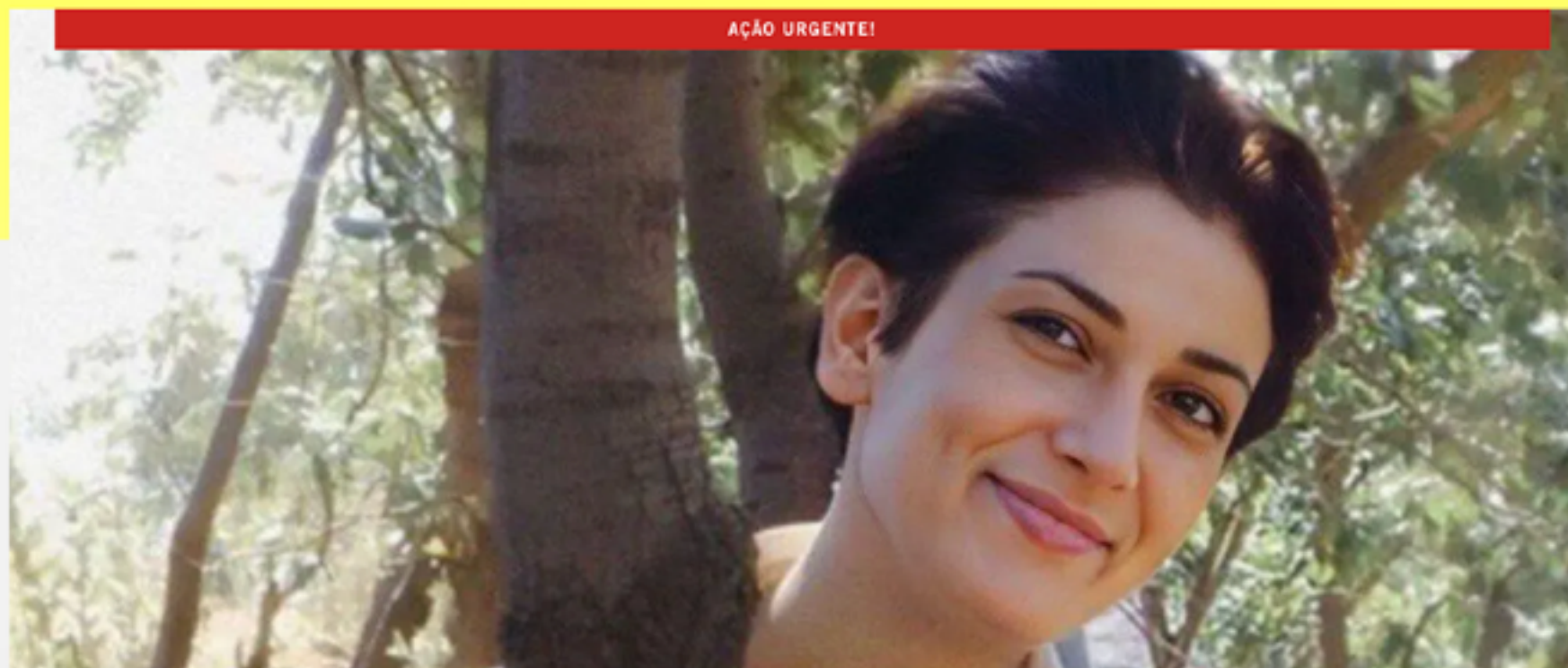
PETIÇÃO

ATIVISTA CURDA CORRE RISCO DE EXECUÇÃO IMINENTE

Pakhshan Azizi foi condenada à morte pelo Tribunal Revolucionário após um julgamento injusto que tratou unicamente das suas atividades pacíficas humanitárias e de direitos humanos. Em janeiro de 2025, a Suprema Corte confirmou a sentença. As alegações de tortura e outros maus-tratos não foram investigadas.

17/06/2025

AÇÃO URGENTE!



Em 2025, a Anistia Internacional Brasil lançou uma petição em seu site pedindo a anulação da sentença de morte de Pakhshan Azizi e a revisão imediata de seu caso, destacando graves violações de direitos humanos desde sua detenção arbitrária em agosto de 2023, em Teerã. A organização denunciou que Azizi foi mantida por meses em confinamento solitário, sem acesso a advogado ou à família, e submetida a um julgamento considerado injusto, baseado em acusações não comprovadas de envolvimento com grupos armados. A petição também chamou atenção para o fato de que nenhuma evidência concreta foi apresentada pelas autoridades iranianas para sustentar as acusações mais graves, incluindo a de “rebelião armada contra o Estado”.

Além disso, a Anistia Internacional reforçou que o caso de Pakhshan Azizi refletia um padrão mais amplo de repressão no Irã, especialmente contra minorias étnicas como os curdos e contra defensores de direitos humanos. A petição solicitou mobilização internacional urgente para pressionar as autoridades iranianas a suspenderem a execução e garantirem um novo julgamento justo, com respeito ao devido processo legal. Ao mesmo tempo, a organização reiterou sua posição firme contra a pena de morte em qualquer circunstância, classificando-a como uma violação extrema do direito à vida e uma punição cruel, desumana e degradante.

DIREITOS HUMANOS SÃO HEADLINERS NO MAIOR FESTIVAL DE MÚSICA DO NORTE DO BRASIL



Foto: Disguiados

Em dezembro de 2025, a Anistia Internacional Brasil levou a campanha global Escreva por Direitos (EPD) ao palco do Festival Psica, em Belém, integrando a celebração do Dia Internacional dos Direitos Humanos a um dos maiores eventos culturais da região Norte. A iniciativa reafirmou que direitos humanos também ocupam o centro da cena e podem ser protagonistas em espaços de grande alcance e mobilização juvenil.

Durante dois dias de festival, realizamos ativação presencial com diálogo direto e coleta de assinaturas. Mais de mil pessoas aderiram à petição em apoio às Guerreiras pela Amazônia, fortalecendo a visibilidade internacional do caso e a pressão por medidas efetivas de proteção.

CAMPANHA "DEIXEM AS CRIANÇAS VIVEREM"



Campanha Deixem as Crianças Viverem no site da Anistia Internacional Brasil

A campanha **Deixem as Crianças Viverem** é uma iniciativa da Anistia Internacional que denuncia as graves violações de direitos humanos contra crianças palestinas em Gaza e mobiliza a sociedade pela sua proteção. Lançada em 2024, ela seguiu ativa em 2025 com ações contínuas de comunicação e mobilização pública. Em 2025, as ações se concentraram na produção e difusão de conteúdos digitais alinhados ao movimento global, ampliando significativamente a conscientização da sociedade brasileira sobre o impacto do conflito armado na vida das crianças. Esse esforço fortaleceu o engajamento da base de apoiadores e consolidou o apoio ao trabalho independente da Anistia

Internacional, com articulação internacional junto à Save the Children e forte participação de voluntários(as) no Brasil.

Os resultados de 2025 demonstram o impacto direto da campanha: aproximadamente **52 mil engajamentos** em ações digitais e um alcance estimado de **80 mil pessoas** pelos canais de comunicação da Anistia Internacional Brasil. Para 2026, o foco permanece no monitoramento das violações, no fortalecimento das estratégias de mobilização e na continuidade da sensibilização da sociedade sobre a urgência de proteger crianças em contextos de conflito armado.

POR DENTRO DA ANISTIA BRASIL

ATIVISMO POR DIREITOS



Oficina de Segurança em Manifestações. Foto: Disguiados

O grupo de ativistas de Belém organizou uma atividade formativa com foco em segurança para movimentos sociais e coletivos durante marchas e manifestações. O encontro reuniu 23 participantes de diversas organizações da sociedade civil para refletir, de forma participativa, sobre um conceito ampliado de segurança.

A partir da pergunta “O que é segurança?”, o grupo construiu coletivamente o entendimento de que segurança envolve proteção física, psicológica e emocional, liberdade de expressão e de circulação, acesso à informação, autonomia e garantia de direitos básicos.



COMUNICAÇÃO

A área de Comunicação da Anistia Internacional Brasil tem como missão inspirar, engajar e mobilizar pessoas em defesa dos direitos humanos, por meio de estratégias e campanhas que fortalecem a voz da organização, influenciam políticas públicas e constroem uma cultura de direitos, justiça e dignidade. Nossos objetivos focam na integração, credibilidade e visibilização institucional, como:

- **Integrar a comunicação ao planejamento estratégico** da organização, traduzindo a agenda programática em narrativas públicas consistentes e potencializando o impacto das ações de advocacy, campanhas e incidência política.
- **Fortalecer a credibilidade e a confiança pública** na Anistia Internacional Brasil, por meio de uma comunicação transparente, coerente e alinhada aos valores institucionais, contribuindo para o reconhecimento da organização como referência em direitos humanos.
- **Atuar como área transversal** de visibilização e articulação institucional, ampliando o alcance e a compreensão pública do trabalho desenvolvido pelas diferentes frentes da organização, e contribuindo para o engajamento de públicos estratégicos.

COMUNICAÇÃO

AMBIENTE DIGITAL

O site **anistia.org.br** registrou 121.424 usuários únicos e 173.706 sessões ao longo de 2025; além disso, ao longo dos últimos 12 meses, dobramos as interações com conteúdos no Instagram (166,6 mil interações/ano), aumentamos em 1,8% os cliques em links do perfil, mantivemos estável o volume de visualizações (3,6 milhões) e conquistamos 32,3 mil novos seguidores no período.

SITES ACESSOS ÚNICOS

121.424 total de usuários
173.706 sessões

SEGUIDORES (REDES SOCIAIS)

FACEBOOK: 338.983 (-1,66%)
X: 46.054 (-3,35%)
INSTAGRAM: 158.627 (+3,94%)
YOUTUBE: 17.186 (+66%)
TIKTOK: 9.200 (+1,78%)

ALCANCE (REDES SOCIAIS)

FACEBOOK: 1.587.851 (+148,0%)
X: 18.936.972 (+227,1%)
INSTAGRAM: 5.758.087 (-61,9%)
YOUTUBE: 6.821 (-61,6%)
TIKTOK: 70.666 visualizações totais

ENGAJAMENTO (REDES SOCIAIS)

Facebook: 62.566 (+14,64)
X: 3.674 (-85,7%)
Instagram: 359.950 (+84,43)
Youtube: 1.122 (-99,12%)
TikTok: 4.292 (-48,2%)

The image shows an Instagram post from the account 'anistiabrasil'. The post features a dark background with a silhouette of a person's torso. The text on the image reads: '61 SOCOS SÃO SIM UMA TENTATIVA DE FEMINICÍDIO.', 'O 190 FOI ACIONADO + 1 MILHÃO DE VEZES, EM 2024.', '2 PEDIDOS DE SOCORRO POR MINUTO*', and 'TODAS MERECEM VIVER SEM MEDO!'. A small note says '* Por casos de violência doméstica'. At the bottom, it says 'Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025'. The Instagram interface shows the post was made 35 weeks ago, has 5.7k likes, 56 comments, and was posted on July 30, 2025.

VISUALIZAÇÕES
249.040

ALCANCE
216.240

INTERAÇÕES LÍQUIDAS
7.778

SEGUIDORES
112

DESTAQUE DO ANO (REDES SOCIAIS): VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

No dia 30 de julho, o Brasil foi impactado por mais uma tentativa de feminicídio. Desta vez o agressor golpeou a então companheira com 61 socos. Identificamos a necessidade de reagir ao fato. Nesta publicação impactamos cerca de 217 mil pessoas no Instagram e a publicação foi visualizada cerca de 250 mil vezes.

APROXIMAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS

Articulações importantes foram estabelecidas com organizações aliadas, em momentos chaves do ano.

Estratégia pensada para alavancar o alcance de ações importantes para a Anistia Internacional Brasil - em destaque nossa atuação na COP30 e na Marcha das Mulheres Negras.

The collage features three main elements:

- Top Left:** A social media post with a photo of a woman and the text "ESPECIAL NINJA COP30" and "A LUTRA CONTRA O RACISMO AMBIENTAL". It shows 68,1 mil views.
- Top Middle:** A graphic with the headline "MULHERES NEGRAS E INDÍGENAS EM MARCHA CONTRA O RACISMO AMBIENTAL" and subtext "Vamos somar força a quem sempre esteve no front e ecoar essas vozes junto à Marcha da Cúpula dos Povos na COP30 e à Marcha Nacional de Mulheres Negras". It includes a call to action: "Envie sua arte pelo link na bio".
- Top Right:** A newspaper article snippet with the headline "SE 4 MULHERES SÃO MORTAS POR DIA, VÍTIMAS DE FEMINICÍDIO, PQ SERIA CASO ISOLADO?" and subtext "Mulher te atropelada e atropelada por 1 km em SP".
- Bottom:** Three lists of collaborators under the heading "Colaboradores":
 - Left List:** mílianinja, jurassuomara, clemex.now, razeinjasmaneira, anistiabrasil.
 - Middle List:** designativista, poderespretos, mídiaindigenasoficial, muvononagrassoceram, anistiabrasil.
 - Right List:** anistiabrasil, vozdascomunidades, papereoinstituto, raulsantiago.

INSERÇÕES E IMPACTOS NA IMPRENSA

2914 matérias e reportagens públicas em veículos nacionais e internacionais

The page is from 'O Globo', dated Friday, 30.10.2025. The article is titled "MULHERES E NEGROS SÃO OS MAIS ATINGIDOS" and is by Carin Fetti. The main text discusses the vulnerability of Black women to climate change impacts. A photo of Jurema Werneck is included. The article mentions that Black women are more vulnerable to climate change impacts, such as drought and flooding, and that they often live in informal settlements in flood-prone areas. It also notes that Black women are more likely to be responsible for household food production and are therefore more affected by food insecurity. The article concludes by stating that Black women are the most vulnerable to climate change impacts and that it is essential to take action to protect them.

Matéria publicada no Jornal O Globo

IMPrensa INTERNACIONAL

Houve um aumento de matérias publicadas em veículos internacionais, especialmente durante a COP30



ENTREVISTA PARA TV ALEMÃ COM CRÍTICA A FALA DO PRIMEIRO MINISTRO ALEMÃO SOBRE BELÉM



MATÉRIA PARA O JORNAL INGLÊS, THE GUARDIAN, APÓS CHACINA NOS COMPLEXOS DO ALEMÃO E DA PENHA



ENTREVISTA PARA NPR, RADIO PÚBLICA ESTADUNIDENSE SOBRE A COP30

DESTAQUES DO ANO PARA IMPrensa



COBERTURA DE MÍDIA NA COP30
A Anistia Internacional Brasil conseguiu ampliar e consolidar a projeção de sua mensagem durante a COP30. Foram 138 matérias publicadas, em 82 veículos, sendo o jornal O Globo o principal deles.



ENTREVISTA PARA TV ALEMÃ COM CRÍTICA A FALA DO PRIMEIRO MINISTRO ALEMÃO SOBRE BELÉM

MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS (AÇÕES DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS)

F2F EM SP E RJ



Em 2025, a Anistia Internacional expandiu a captação via **Diálogo Direto (Face to Face – F2F) para São Paulo**, por meio de uma atuação contínua no Rio de Janeiro e com viagens pontuais ao interior do RJ e ao Paraná, mantendo a iniciativa ativa e em funcionamento regular. A iniciativa consiste no trabalho de captadores uniformizados que dialogam com pessoas em espaços públicos, apresentando o mandato de direitos humanos da organização e convidando novas pessoas a se tornarem doadoras mensais.

Entre as ações de destaque, esteve a parceria no Rio de Janeiro com o Estação Net Rio, que permitiu a presença da organização durante exposições do documentário *Guarde o coração na palma da mão e caminhe*, conectando o debate ao contexto da campanha “Deixem as crianças viverem”, que denuncia a crise humanitária e as violações de direitos humanos em Gaza. A ação permitiu ampliar a divulgação da campanha, promover o diálogo com o público e convidar pessoas a se somarem à luta da Anistia Internacional em defesa dos direitos do povo palestino. Para 2026, a operação seguirá ativa nas duas capitais.

CALENDÁRIO 2025



A campanha **Calendário 2025 – “12 Meses por Direitos”**, realizada em parceria com a ilustradora **Cajila Barbosa**, gerou engajamento e ampliou a visibilidade da Anistia Internacional Brasil ao longo do período de mobilização. Entre novembro de 2024, momento de lançamento, e março de 2025, a iniciativa impactou **163.460 pessoas**, considerando o conjunto de interações provenientes de mídia paga, canais orgânicos, acessos às páginas da campanha, leads captados e público alcançado pela mala direta enviada à base de apoiadores. No ambiente digital, a campanha registrou **139.438 pessoas alcançadas**, sendo 117.046 por meio de anúncios pagos, 12.603 via acessos monitorados no Google Analytics e 9.789 por alcance orgânico. Em termos de engajamento, a iniciativa somou **22.590 interações**, incluindo 22.054 provenientes de anúncios, 282 interações orgânicas e 254 fichas preenchidas na landing page da campanha. A colaboração artística também fortaleceu o caráter educativo e simbólico do calendário, ampliando o potencial da campanha de aproximar o público da pauta de direitos humanos por meio da arte e da comunicação visual.



<Nome>,

O início de 2025 é o momento perfeito para renovar nossa força e determinação na luta por um mundo mais justo. A campanha Escreva por Direitos já transformou inúmeras vidas, libertou pessoas injustamente presas, pressionou por justiça e promoveu muitas mudanças reais. Só nos anos recentes, as milhares de assinaturas e cartas reunidas pela campanha criaram pressão global sobre tomadores de decisão, mudando vidas e dando visibilidade a casos de violação de direitos humanos em países como Zimbábue, Quirguistão e Guatemala.

Neste ano, destacamos quatro casos urgentes que precisam da sua voz. Neth Nahara, influenciadora angolana, foi condenada a dois anos de prisão por criticar o presidente. Joel Paredes, manifestante argentino, perdeu um olho devido à repressão policial durante protestos pacíficos. Manahel al-Otaibi, ativista saudita, enfrenta 11 anos de prisão por defender os direitos das mulheres. A Nação Wet'suwet'en, no Canadá, é criminalizada por proteger suas terras ancestrais contra a construção de um gasoduto.

Ao longo de 2025, foram enviadas **12 correspondências**, alcançando **milhares de pessoas apoiadoras em todo o país**, com o objetivo de informar, prestar contas sobre o trabalho realizado e convidar o público a apoiar financeiramente a atuação da organização na defesa dos direitos humanos.

Como ação de destaque, a mala direta especial de fim de ano apresentou o **calendário de 2026**, ilustrado pela artista indígena Daiara Tukano, reforçando o compromisso da organização com a defesa dos direitos dos povos indígenas e fortalecendo o vínculo com sua base de apoio.



Em 2025, a Anistia Internacional Brasil realizou um jantar com a filantropia em prol do projeto “Vozes Negras pelo Clima”, iniciativa de fortalecimento de uma rede de mulheres negras de oito estados do Brasil por meio de compartilhamento de poder, fomento a projetos de justiça socioambiental e fortalecimento institucional. O evento contou com produção da LB Consultoria Social, participação de duas lideranças participantes: Lídia Lins e

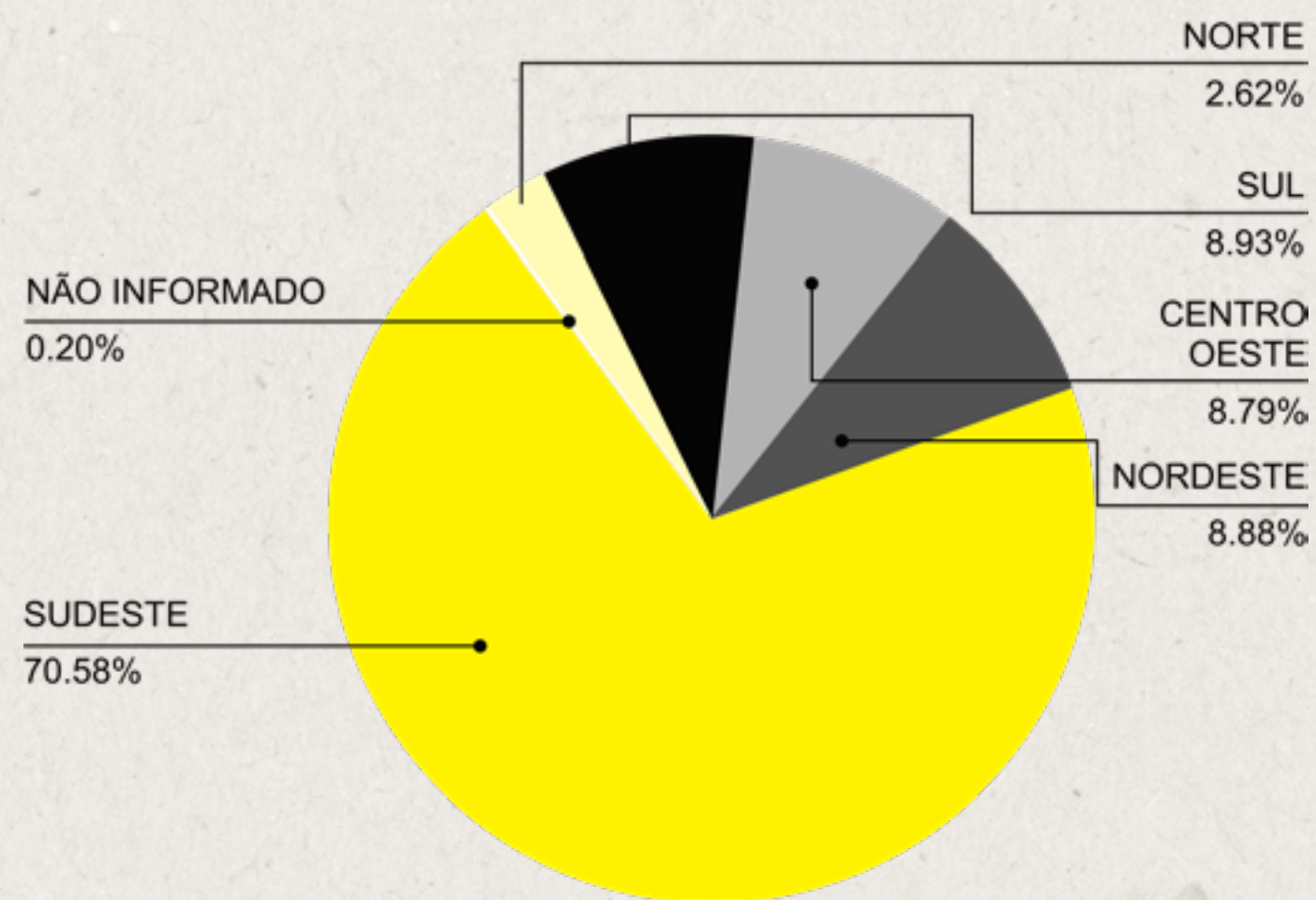
Simone Lourenço, que estão à frente da luta por justiça socioclimática em Pernambuco. Também estiveram presentes Jurema Werneck, Diretora-Executiva da AIB, Fernando Furriela e Rachel Biderman como anfitriões. Todos os presentes assinaram uma carta-compromisso de serem promotores da Rede Vozes Negras pelo Clima e da justiça climática antirracista e com equidade de gênero em seus meios de atuação.



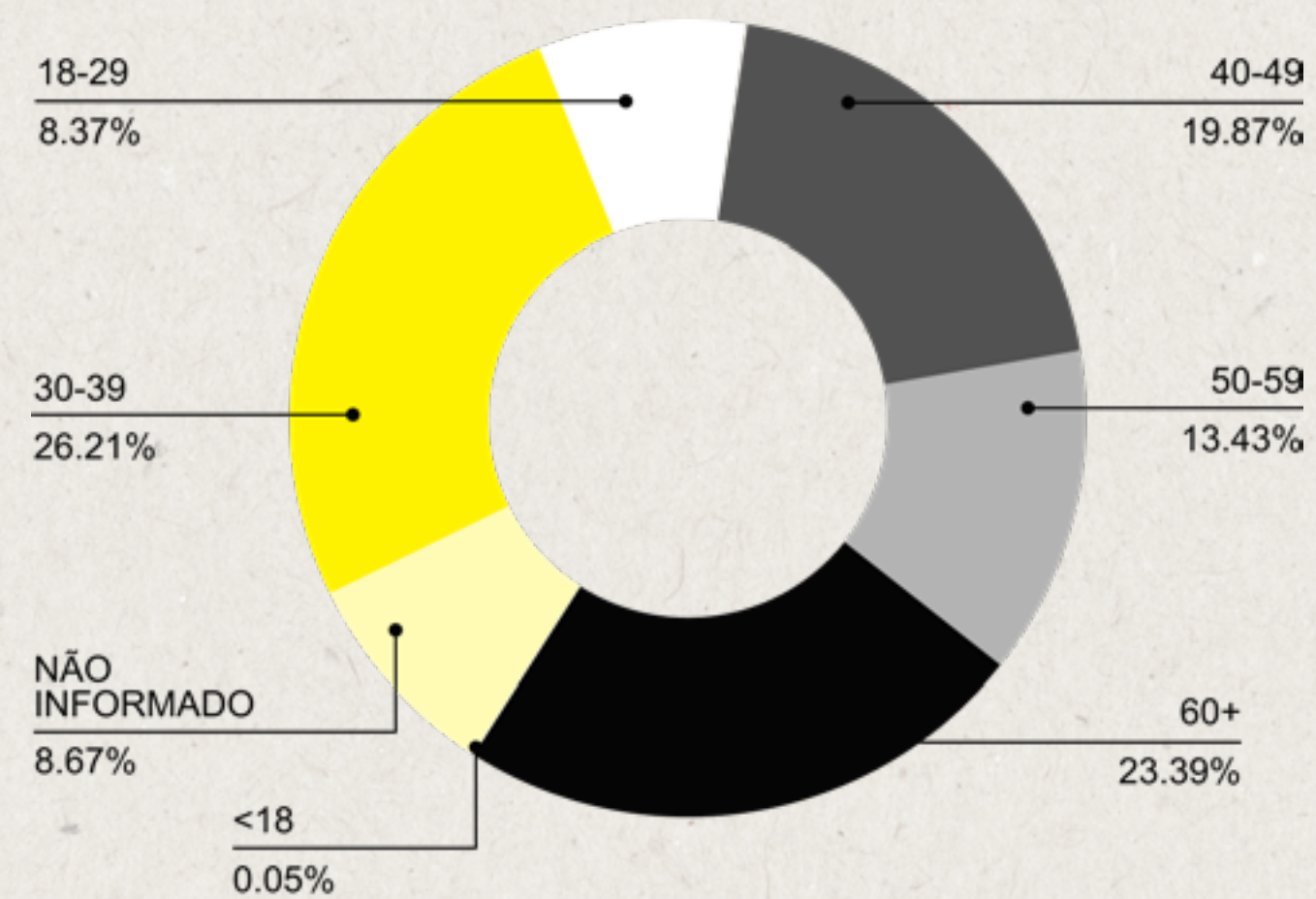
QUEM DOA

PERFIL DOS DOADORES

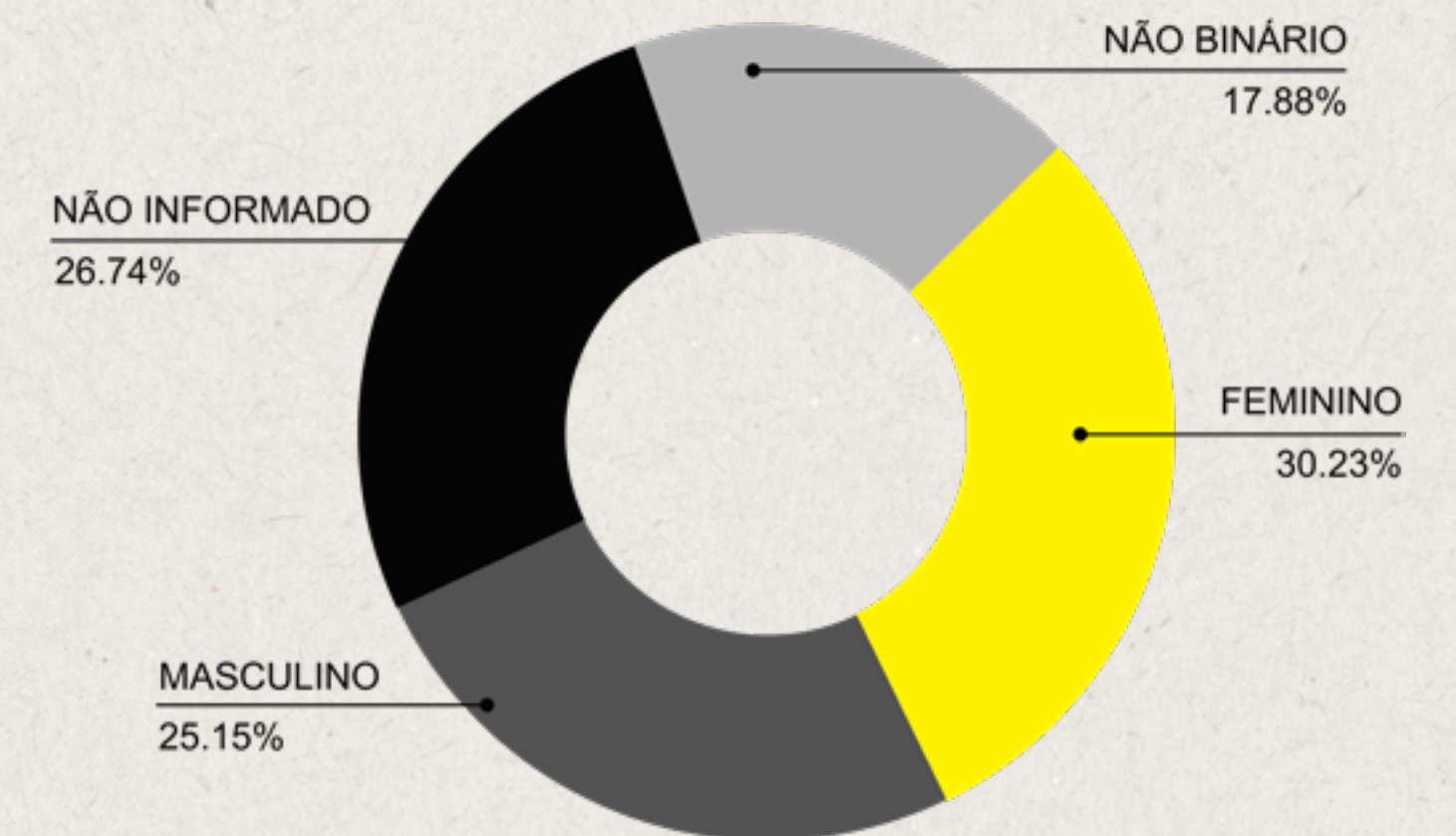
LOCALIZAÇÃO



FAIXA ETÁRIA



GÊNERO



TRANSPARÊNCIA

(RECEITAS E DESPESAS)

RECEITAS	R\$
PARCEIROS (FUNDAÇÕES)	2.099.712
AIS	8.701.040
GRANDES DOADORES	115.000
DOADORES INDIVIDUAIS	1.294.464
RECEITAS FINANCEIRAS	129.802

DESPESAS	R\$
PROGRAMAS	5.936.227
CAPTAÇÃO DE RECURSOS	2.218.887
OPERAÇÕES	3.635.579

PARCEIROS

Agradecemos as fundações e fundos filantrópicos que nos apoiaram na missão de promover os direitos humanos no Brasil no ano de 2025.



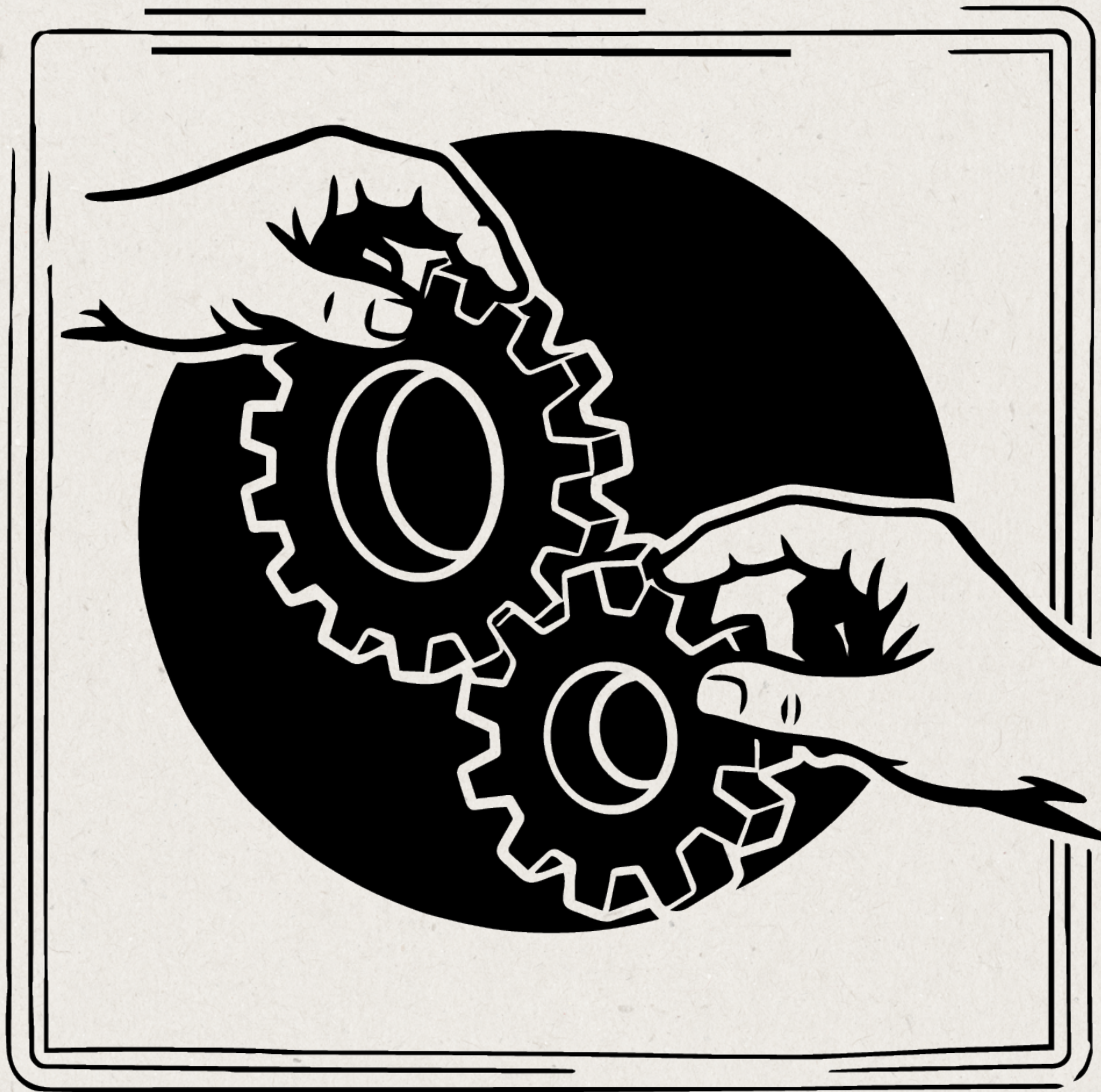
IBIRAPITANGA



Ford Foundation



As informações apresentadas refletem o cenário disponível no momento de sua elaboração e podem estar sujeitas a atualizações. Em caso de dúvidas, esclarecimentos ou para verificar eventuais mudanças, as pessoas doadoras podem entrar em contato diretamente por meio dos nossos canais de relacionamento.

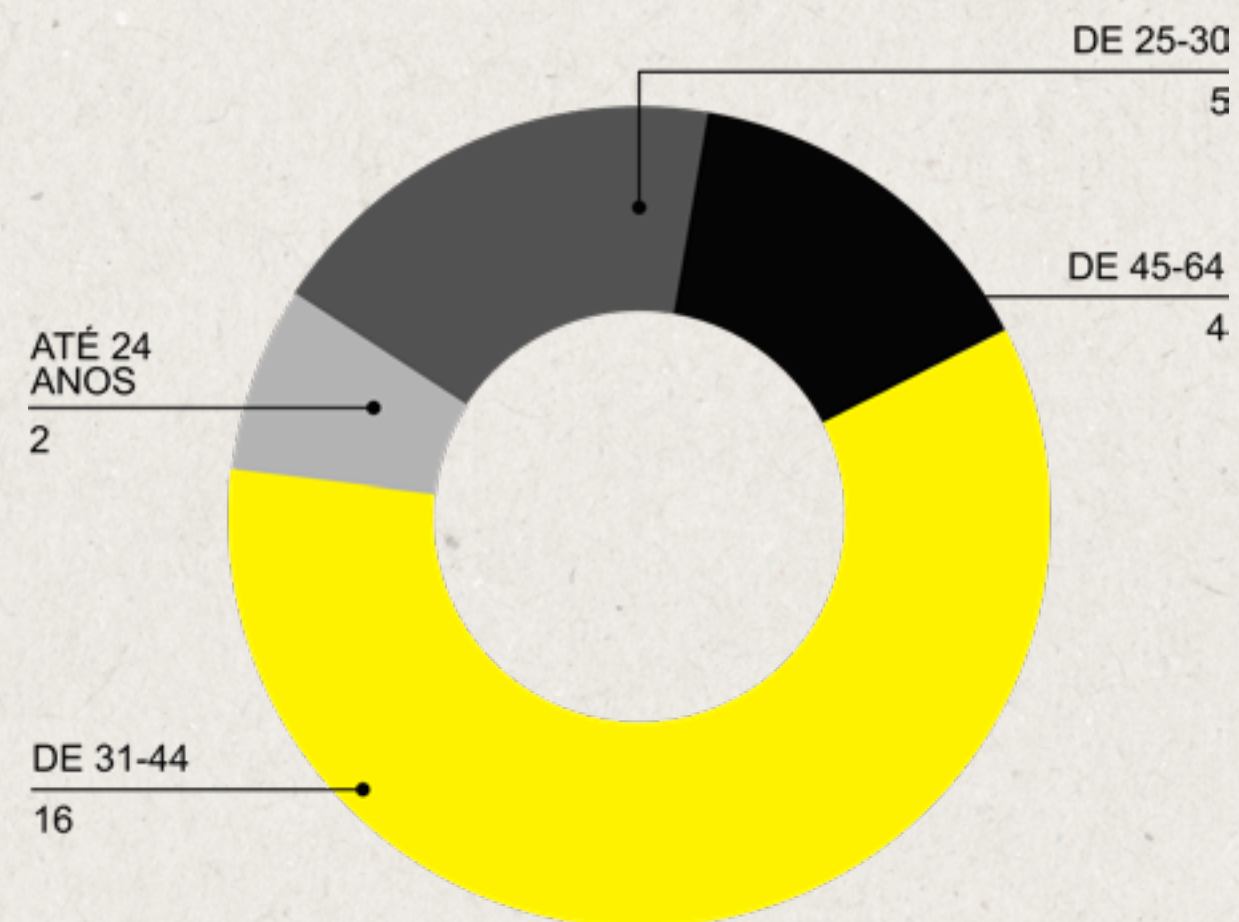


QUEM FAZ

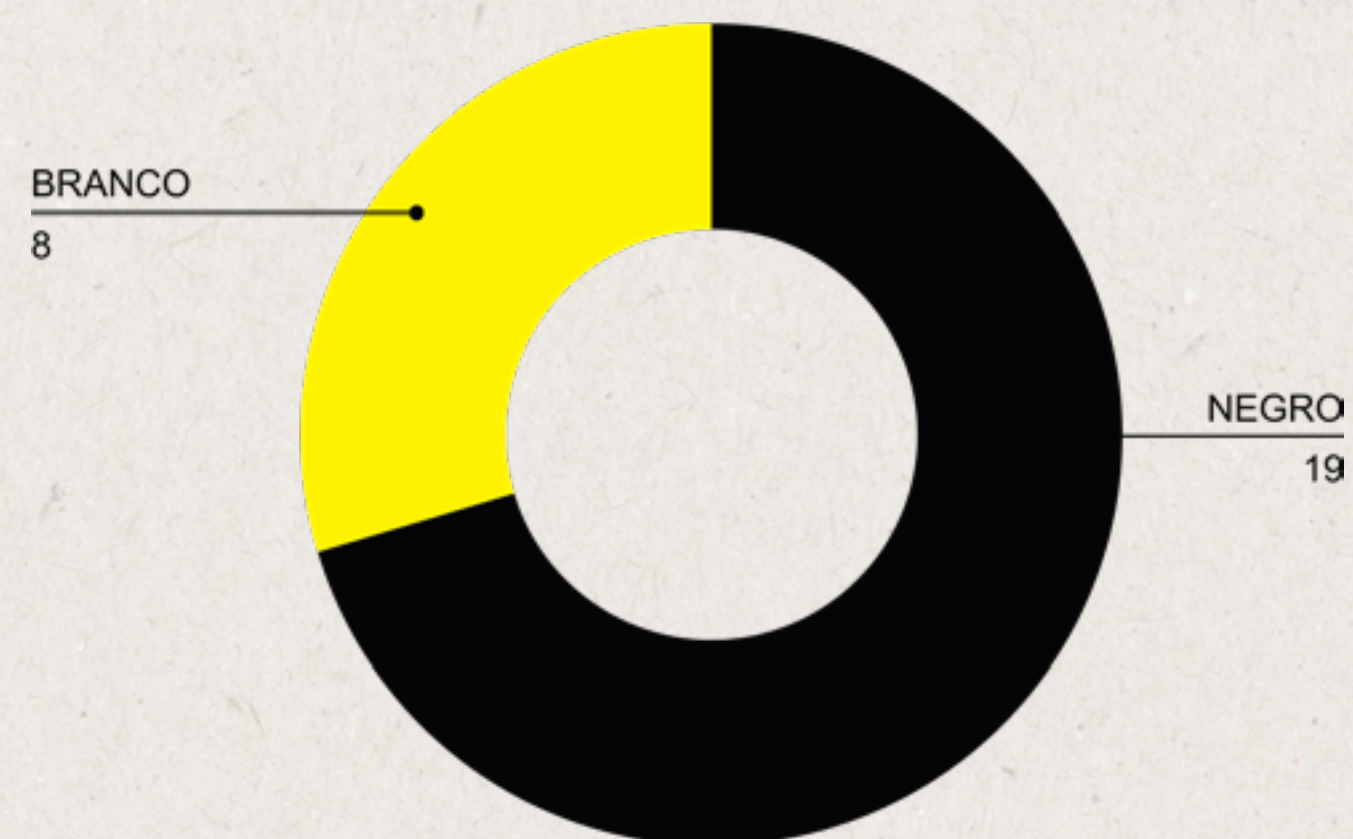
PERFIL DOS COLABORADORES

27 funcionários, todos CLT e de nacionalidade brasileira. Das nove pessoas gestoras, 3 se identificam com o gênero masculino e 6 do gênero feminino.

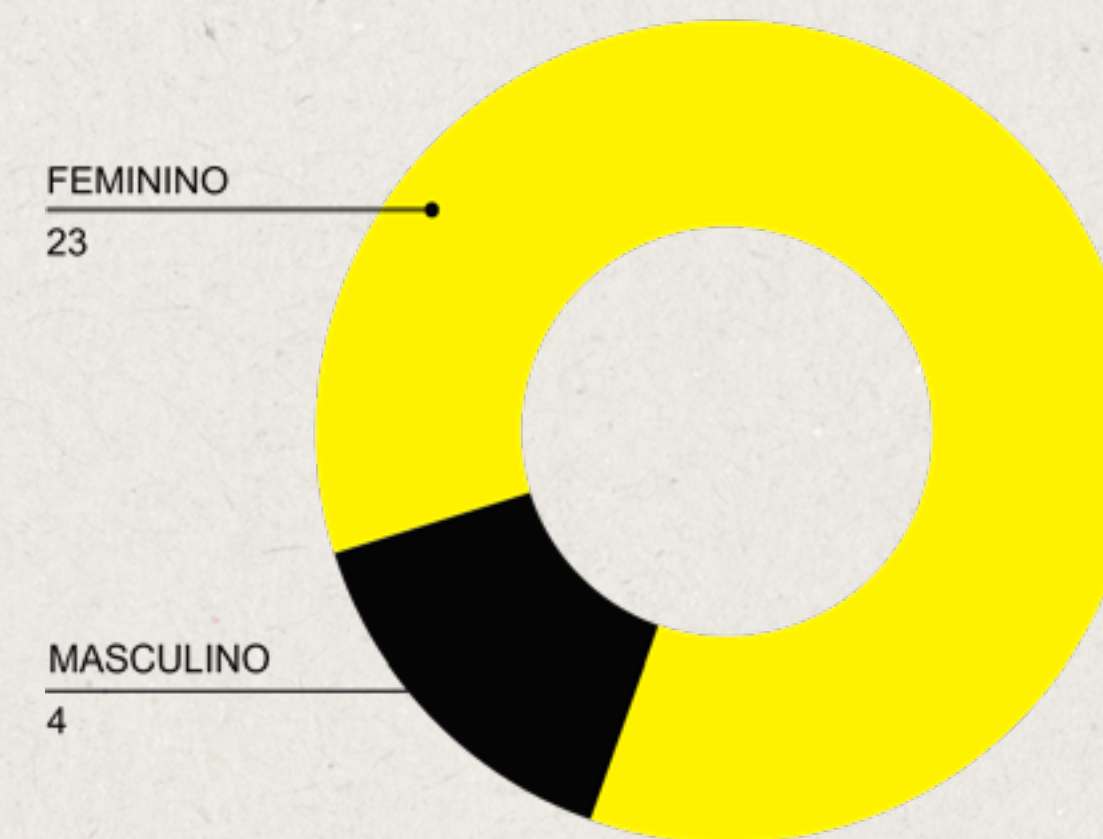
FAIXA ETÁRIA



RAÇA



GÊNERO



FICHA TÉCNICA

CONSELHO DIRETOR

Ricardo Henriques (Presidente do Conselho Diretor da Anistia Internacional Brasil)

Flávia Oliveira

Thula Pires

Luiz Eduardo Soares

Samantha Ro'otsitsina Carvalho Juruna

Sueli Carneiro

Uvanderson Victor da Silva

EQUIPE

Campanhas e programas

Campanhas

Construção de Movimento

Pesquisa, Documentação e Advocacy

Comunicação

Comunicação Digital

Assessoria de Comunicação

Operações

Administrativo

Financeiro

Base de Dados

RH

Captação e mobilização de recursos

Retenção e Relacionamento com Apoiadores

Captação de Recursos Diálogo Direto

Captação Digital e Captação com Fundações, Governos multilaterais e Grandes doadores.

FICHA TÉCNICA

Edição de conteúdo:

Equipe de comunicação da Anistia Internacional Brasil

Texto:

Equipes da Anistia Internacional Brasil

Direção executiva:

Jurema Werneck

Revisão:

Erick Yama

Esta publicação apresenta as principais atividades realizadas pela Anistia Internacional Brasil no ano de 2025, assim como assegura transparência na prestação de contas e aplicação dos recursos. Agradecemos aos fotógrafos e fotógrafas que cederam os direitos de seus trabalhos e às pessoas retratadas que cederam seus direitos de uso de imagem.